



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GEOGRAFIA (BACHARELADO)**

RAYANNE COSTA DE SOUZA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO MATÃO
NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/IPUEIRAS – TO**

PORTO NACIONAL – TO

2021

RAYANNE COSTA DE SOUZA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA NO ASSENTAMENTO MATÃO NO
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL/IPUEIRAS – TO**

Artigo apresentado à UFT - Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Porto Nacional – TO, para a obtenção de título de Bacharelado em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Elizeu Ribeiro Lira

PORTO NACIONAL – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S729t Souza, Rayanne Costa de.

A territorialização da luta pela terra no assentamento Matão no município de Porto Nacional/Ipueiras – TO. / Rayanne Costa de Souza. – Porto Nacional, TO, 2021.

22 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Geografia, 2021.

Orientador: Elizeu Ribeiro Lira

1. Luta pela Terra. 2. Territorialização. 3. MST. 4. Reforma Agrária.
I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, pela saúde em meio a essa pandemia e pela disposição de que nos permitiram a realização desse trabalho.

Agradeço também a toda minha família pelo apoio e pela confiança nesta minha batalha.

Agradeço meu orientador por sempre acreditar no meu esforço com este presente trabalho.

Agradeço também à todos que uma alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

Estas são reflexões a partir do projeto de pesquisa Movimentos Sociais no município de Porto Nacional-To e tem por objetivo refletir sobre o processo de Territorialização da luta pela terra no Estado do Tocantins e ações políticas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. No centro dessas conflitualidades há a disputa territorial que se manifesta no controle do processo de criação e destruição do campesinato. A questão agrária é então uma questão territorial e a reforma agrária é a face dessa dimensão. As conflitualidades expressam os embates dos processos estruturais e suas características conjunturais. Nas últimas quatro décadas, a questão agrária teve diferentes conjunturas. Na década de 1970, a intensificação da expansão das monoculturas e a ampliação da agroindústria, acompanhada da quase extinção dos movimentos camponeses pela repressão da ditadura militar, marcou uma das maiores crises da resistência do campesinato. Com a redemocratização do país na década de 1980, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial simultaneamente ao processo de territorialização da luta pela terra, com o aumento das ocupações de terras e da luta pela reforma agrária. A pesquisa se desenvolveu no acampamento “Unidos para Vencer”, onde atualmente foram deslocados para uma propriedade que fica localizado entre o município de Ipueiras-To e Porto Nacional. A metodologia adotada foi entrevista com alguns assentados e leituras de artigos sobre o presente assunto.

Palavras-chave: Luta pela Terra. Territorialização. MST. Reforma Agrária.

ABSTRACT

These are reflections from the Social Movements research project in the municipality of Porto Nacional-To and aims to reflect on the Territorialization process of the struggle for land in the State of Tocantins and political actions of the Landless Workers Movement - MST. At the center of these conflicts is the territorial dispute that manifests itself in the control of the process of creation and destruction of the peasantry. The agrarian question is therefore a territorial question and agrarian reform is the face of this dimension. Conflicts express the clashes of structural processes and their conjunctural characteristics. In the last four decades, the agrarian question had different conjunctures. In the 1970s, the intensification of the expansion of monocultures and the expansion of agro-industry, accompanied by the near extinction of peasant movements due to the repression of the military dictatorship, marked one of the greatest crises of peasant resistance. With the redemocratization of the country in the 1980s, the consolidation of the agro-export and agro-industrial model took place simultaneously with the territorialization process of the struggle for land, with the increase in land occupations and the struggle for agrarian reform. The research was carried out at the "Unidos para Vencer" camp, where they were currently moved to a property located between the municipality of Ipueiras-To and Porto Nacional. The methodology adopted was interviews with some settlers and readings of articles on the present subject.

Keywords: Fight for Earth. Territorialization. MST. Land Reform.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Documento de georreferenciado do PA matão e sua localização	16
Figura 2 - Planta de situação do PA Matão	18
Figura 3 - Produtores Assentados	19
Figura 4 - Produtores comercializando	19
Figura 5 - Festa tradicional familiar	19
Figura 6 - Recepção da festa religiosa	19
Figura 7 - Produtores em tempos de Pandemia	20
Figura 8 - Estruturas das bancadas	20

LISTA DE SIGLAS

MST	Movimento dos trabalhadores Sem Terra
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
PA	Projeto de Assentamento
MDA	Model Driven Architecture, ou, em português, Arquitetura Dirigida pelo Modelo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 O MST e a luta pela terra.....	10
1.2 A conquista pela terra no estado do Tocantins	12
2 A LUTA PELA TERRA NA PERIFERIA DE PORTO NACIONAL – TO	15
2.1 vida dos produtores do pa matão em meio à pandemia	18
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

Historicamente a luta pela terra tem sido marcada por vários conflitos e por apropriação de grandes áreas do território por uma pequena parcela de privilegiados. Ao longo do tempo, os camponeses a partir de suas lutas, conquistas e resistência têm construído seu lugar na sociedade como classe social dotada de direitos garantidos pela Constituição, e que devem ser respeitados.

Nosso objetivo nesse artigo é uma breve reflexão a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e das mudanças recentes que ocorreram nas políticas da reforma agrária brasileira com enfoque ao Assentamento PA Matão localizado no município de Ipueiras. A reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária.

Para este estudo, tomamos como referência a definição de questão agrária compreendida como um problema estrutural do capitalismo (Fernandes, 2001), sendo parte de sua própria lógica de desenvolvimento, gerando processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o campesinato.

Por essa razão, as relações entre campesinato e capital são de conflitualidades permanentes e explicitadas, de um lado, pela subalternidade do campesinato ao capital e pelo poder que o capital tem, de acordo com os seus interesses, de destruir e recriar o campesinato e, de outro lado, pela resistência do campesinato em determinar sua própria recriação por meio das ocupações de terra (FERNANDES, 2008^a).

1.1 O MST e a luta pela terra

Na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e a criação de assentamentos rurais, tendo o MST à frente desse processo. Nesta década, corporações nacionais e transnacionais ampliam o modelo agroexportador em um amplo conjunto de sistemas que passou a ser denominado de agronegócio. Esse conjunto reúne, de formas diferenciadas, os sistemas agrícolas, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico.

Na primeira década do século XXI, essas mudanças conjunturais da questão agrária geraram diferentes conflitualidades. Os movimentos camponeses passaram a se confrontar cada vez mais com corporações transnacionais e cada vez menos com

latifúndios. A luta pela terra tem se configurado ao longo do tempo em um grande desafio, campo de forças onde se insere um clima de tensão sempre conflituoso, entre aqueles que não possuem terra e os grandes latifundiários que detém o poder sobre a mesma.

Cabe destacar que grande parte destas terras foi adquirida ilegalmente, ou seja, pela forma da chamada “grilagem”. As lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil, visto que a sua formação sempre foi marcada pela invasão dos territórios indígenas, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Esse processo foi também marcado pela grande concentração de terra nas mãos de poucos, originando assim os grandes latifúndios. De acordo com dados apresentados pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2010, p. 8):

O Brasil é um dos países com maior concentração de terra do mundo. Em nosso território, estão os maiores latifundiários. Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa deste território no século XVI. Combina com a monocultura para exportação e a escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje.

Essa realidade construiu uma formação territorial que se encontra em ininterrupta disputa. Uma das frentes dos movimentos sociais no campo que tem desempenhado papel fundamental face à luta pela terra e que ganhou destaque nacional é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Foi fundado em 1984 em Cascavel - PR, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. (OLIVEIRA, 2002, p. 83).

A forma de organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e sua própria história de luta geraram condições de tomada de consciência dos sujeitos sociais envolvidos, e assim, abriu caminho por onde enraizaram suas estratégias e concretizaram-se seus propósitos que são a luta pela terra, conseqüentemente a reforma agrária, bem como a construção de uma sociedade mais justa. A partir desse movimento, Oliveira (2002, p.83) escreve que “os acampamentos têm se constituído numa espécie de nova forma de luta pela terra no país”, congregando em nível nacional a ação de organização desses acampamentos. Esta confrontação está associada ao processo de globalização da questão agrária com a territorialização das corporações transnacionais para vários países e da criação de uma organização mundial de movimentos camponeses, a Via Campesina. A crise alimentar demonstrou o mito de que o agronegócio seria o grande produtor de alimentos, destacando a participação do

campesinato e a necessidade de políticas de soberania alimentar.

O aumento do preço do petróleo e a ampliação da produção de agrocombustíveis transformaram o campo em território para a produção de agroenergia e de alimentos. O MST e mais de noventa outros movimentos camponeses brasileiros estão no centro destas conflitualidades da atual questão agrária. Nesta conjuntura, as políticas de reforma agrária também se modificaram.

Analisamos essas mudanças a partir desta nova conjuntura agrária que dá atualidade à questão agrária e ao MST. Desde meados da década de 1990 (especialmente por causa da fundação da Via Campesina), a expressão camponês aparece cada vez mais nas falas e nos documentos do MST. Se a expressão camponês era estranha na época de sua fundação, hoje é comum em acampamentos e assentamentos, em reuniões e outros espaços e territórios onde o Movimento se manifesta. Esta definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês. E esse fortalecimento acentuou a questão territorial da luta.

Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, um movimento camponês também é um movimento socio territorial (Fernandes, 2005). É da terra e de todos os bens produzidos desde a terra que o campesinato promove a sua existência. Esta compreensão de reforma agrária como território o MST traz desde sua fundação. Por essa razão, o MST é um movimento camponês moderno (Oliveira, 2005). Uma das características dos modernos movimentos camponeses é o rompimento com as relações de dependências com partidos, governos e outras instituições, como já foi muito bem argumentado pelos sociólogos que estudaram os “novos movimentos sociais”. O MST desde sua fundação manteve autonomia nas relações com as instituições que contribuíram para a sua formação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), para citar somente as três mais expressivas. Todavia, é fundamental lembrar que o MST também contribuiu com a formação dessas instituições.

1.2 A conquista pela terra no estado do Tocantins

A reconquista da terra pelos trabalhadores é compreendida a partir de sua organização e luta no interior dos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, ou seja, o processo de territorialização do capital monopolista na agricultura e o processo de monopolização do território pelo capital monopolista. Conforme Oliveira,

[...] devemos entender que eles têm se desenvolvido no sentido de ir eliminando a separação entre cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os numa unidade dialética. Campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, por um lado, e a indústria, o comércio, etc., por outro), vai ser soldada pela presença na cidade do trabalhador bóia-fria do campo. As greves dos trabalhadores do campo são feitas na cidade. Ao mesmo tempo, podemos verificar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores da cidade. A cidade, hoje, revela essas contradições. Ela é, pois, palco dessas lutas rurais/urbanas e/ou urbanas/rurais. Isso significa que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão das cidades passa pela compreensão dos processos que atuam no campo. (Oliveira, 1991, p. 26-27).

A luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além, em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a (re)conquista da terra de trabalho – a propriedade familiar. Vai em direção à (re)construção da propriedade coletiva dos meios de produção, e, mais importante ainda: vai em direção à construção de novas experiências realizadas cotidianamente pelos trabalhadores rurais no movimento de luta pela terra. Entender esse processo é o nosso desafio. De acordo com Oliveira, a nós geógrafos “cabe uma tarefa talvez pequena na luta teórica: estudar, entender, compreender a luta pela terra” (Oliveira, 1991, p. 14).

Segundo Valverde (1967) um novo arranjo territorial combinado com velhas estratégias de monopólio ao acesso à terra se instalou no norte goiano, a Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a RODOBRÁS, a ela filiada, tiveram que introduzir melhoramentos na rodovia Belém-Brasília, mais conhecida pela sua antiga sigla: BR-14. Dessa maneira, a construção da rodovia Belém-Brasília constitui um marco importante, para compreensão das grandes transformações que seguem na direção norte, sob o comando da política desenvolvimentista do capitalismo pujante, iniciada com a Marcha para Oeste de Vargas (1940) e de certa forma consolidada por JK (1958).

O projeto geopolítico Marcha para Oeste do governo Vargas, surgiu em decorrência da necessidade de afirmação da soberania nacional, embora não seja a única explicação, mas o enfoque geopolítico é bastante retratado Castro (2004, p. 86), destaca que: É preciso lembrar que, em 1943, a Segunda Guerra Mundial passava por momentos decisivos, e a conquista do espaço adquiria imensas proporções, com fronteira que poderiam abrigar a grande maioria dos países europeus, o Brasil possuía

uma região praticamente inabitada e de grande riqueza natural.

A espacialização da luta, a conquista da terra e a territorialização dos assentamentos rurais no estado do Tocantins, segundo dados do MDA/INCRA SR-26, estão com cerca de 20 mil famílias assentadas em 364 projetos de assentamentos, presentes em mais de 92 municípios do estado do Tocantins uma conquista que se deu a partir da rearticulação e da retomada das lutas pelos camponeses e movimentos sociais, em várias regiões do País. A luta pela terra inicia com os acampamentos que são espaços de organização que o MST coordena com o objetivo de ocupação e obter a posse definitiva da terra. No estado do Tocantins existe 364 assentamentos de sem-terra que vive lutando para se integrar nas políticas públicas destinadas a agricultura familiar. Para Moraes (1998) a luta não acaba na conquista da terra mais ela continua no processo de lavrar a terra e para que isso tudo aconteça se vive uma continua transmissão de conhecimento, ou seja, uma transmissão de saber social porque o trabalho é uma prática social.

Nessa perspectiva, o camponês quando está executando suas atividades diárias não está apenas situado na sua realidade, mas está também inserido em relações sociais de produção, ou seja, relações mercantis de compra e venda que também proporciona a produção de saber como descreve Damasceno (1993: pág.59): Enquanto a atividade concretizada no processo de trabalho gera um saber prático, a imersão nas relações de produção á medida que vão sendo desveladas (pela prática política) vai gerando um saber social que possibilita ao camponês enfrentar questões relacionadas com as relações de trabalho e com as relações sociais mais amplas que passam pela questão da terra, a obtenção de recursos para produzir e a própria comercialização dos produtos, fruto do seu trabalho.

2 A LUTA PELA TERRA NA PERIFERIA DE PORTO NACIONAL – TO

O MST buscou na periferia de Porto Nacional, camponeses que haviam sido expulsos das terras devolutas da região e desejavam voltar para a terra na primeira oportunidade que se abrisse essa possibilidade. Por conseguinte, ocuparam a beira da rodovia Porto Fátima na altura do povoado de Pinheirópolis onde se organizaram até a conquista da terra, 3 anos depois segundo o MST, o Assentamento PA Matão, localizado no município de Ipueiras -TO a 30 km da sede do município, criado pelo INCRA, (Figura 1) em terra desapropriado para fins de reforma agrária, onde na época foram assentadas 22 famílias oriundos de acampamentos de beira da rodovia Porto-Fatima onde permaneceram 3 anos e 8 meses acampados em barracos de lona preta, de onde só saíram para a terra definitiva após várias ações de enfrentamentos junto /ao INCRA – TO.

Figura 1 - Documento de georreferenciado do PA matão e sua localização.

Título: PLANTA DO IMÓVEL GEORREFERENCIADO AO SISTEMA GEODÉSICO BRASILEIRO - LEI N° 10.267/01		Folha: Única Fm 03 Rubrica
Propriedade / Imóvel: PROJETO DE ASSENTAMENTO MATÃO		
Proprietário: UNIÃO FEDERAL		
Municípios: IPUEIRAS e PORTO NACIONAL		Estado: TO
Matrícula: 10.120		
Código INCRA: 924.130.001.188-6		
Data: 08/2012		
Escala: 1 : 12.500		
Quadro de Áreas:		Proprietário: <hr/> UNIÃO FEDERAL Responsável Técnico: <hr/> MARIO MAURICIO VASQUEZ BELTRÃO ENGENHEIRO CARTOGRAFO CREA: 1.577/D - MS VISTO - TO: 170727 CÓDIGO DO CREDENCIADO AAC ART: 0000 3257 2008 010344 10
Área Incidente no Município de Porto Nacional: 678,0537ha		
Perímetro Incidente no Município de Porto Nacional: 12.563,53 m		
Área Incidente no Município de Ipueiras: 608,4284ha		
Perímetro Incidente no Município de Ipueiras: 14.762,61 m		
Área Total Medida e Demarcada: 1.288,2606ha		
Perímetro: 18.509,38m		
 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO Tocantins (SR-26)		
CERTIFICAÇÃO N°		
Certificamos que a poligonal objeto desta planta, não se sobrepõe, nesta data, a nenhuma outra poligonal constante de nosso cadastro georreferenciado e que sua execução foi efetuada em atendimento às especificações técnicas estabelecidas na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, aprovada pelo INCRA através da Portaria INCRA/P/n° 1101/03.		

Quanto ao conflito, foi registrado na imprensa regional/local que as famílias acampadas sofrem pressão e ameaças chegando a ocorrer queima de barracos das famílias a mando do médico que se diz proprietário dos lotes ocupados. As famílias permaneceram no acampamento, de onde relatam uma situação de tensão, já que fazendeiros mantinham atentados sob guarda da Polícia Militar. No último ano, as ameaças e pressões dos fazendeiros locais aumentaram, viraram rotineiras contra o acampamento, porém os camponeses foram assentados em uma fazenda no município de Ipueiras que foi destinada à Reforma Agrária. Justifica-se, presente estudo tem como principal objetivo compreender a luta pela reforma agrária no Estado do Tocantins, tendo como principal enfoque a análise das condições de vida dos Camponeses do Assentamento PA Matão no município de Ipueiras -TO. Para essas informações foram retiradas algumas fotos e visitas para resultados mais precisos.

A luta pela terra inicia com os acampamentos que são espaços de organização que o MST coordena com o objetivo de ocupação e obter a posse definitiva da terra. No cenário de luta pela terra, os acampados do referido acampamento desde o início de sua formação estão organizados politicamente e socialmente, e, a partir do primeiro contato com a realidade desses sujeitos sociais foi possível aferir que suas ações se constroem de forma coletiva e suas estratégias de luta e organização poderão possibilitar o acesso a terra.

Nesse contexto a formação do acampamento configura-se como espaço de luta onde os acampados reúnem forças e lutam coletivamente de forma organizada na reivindicação da terra para o futuro assentamento, rompendo assim, o domínio dos pretensos donos da terra, pois, trata-se de área grilada. O acampamento “Unidos para vencer”, se localizava na rodovia Porto-Fátima, contava com 150 famílias, no qual foram distribuídas em assentamentos nos municípios de Monte do Carmo e Porto Nacional. No município de Porto Nacional, encontra-se apenas um desses assentamentos distribuídos. Existe apenas o P.A Matão.

Existem 64 famílias assentadas no projeto de assentamento Malhada da Pedra no município de Monte do Carmo. E o restante distribuído em outros projetos de assentamentos. Esse projeto de assentamento Matão conta com uma área de 32 alqueires, sendo dividido em 7.2 hectares para cada assentados. Contém 22 famílias separadas pelo Rio Taboquinha, sendo 11 no município de Porto Nacional e 11 no município de Ipueiras. A criação de gado nesse assentamento é um projeto da

PRONAF.

Figura 2 - Planta de situação do PA Matão.



Fonte: INCRA, 2021.

O presidente do projeto de assentamento Matão, Edilson Alves Dias, desde de 13 de setembro de 2003, luta pelos assentados. Ele tem uma mini-fábrica de linguiça, que comercializa na feira do município de Porto Nacional juntamente com a dona Carmênia que possui uma mini-fábrica de bolo de arroz. O P.A Matão, conta sempre com a presença do SEBRAE, SENAC e INCRA. Já o Sindicato Rural não dão auxílio. Em relação a saúde e a educação, eles sempre tem apoio tanto do município de Porto Nacional como de Ipueiras.

Alguns assentados plantam arroz, feijão, milho, mandioca, cana, banana entre outros, por produção manual. Além disso, cada assentado paga a taxa de 10 reais por

mês para o presidente, para colaborar nos documentos exigidos pelo INCRA.

Figura 3 - Produtores Assentados.



Fonte: Souza, 2019.

Figura 4 - Produtores comercializando



Fonte: Souza, 2019.

No dia 14 de dezembro acontece no assentamento PA matão uma festa de tradição familiar em devoção a Santa Luzia. Segundo Giovane, filho da Maria das dores (responsável pela festa), tudo passou acontecer, quando sua mãe, que era evangélica, recebeu de sua sogra a imagem de santa Luzia. A mesma não queria aceitar a imagem, após a segunda tentativa, ela resolveu aceitar e fazer apenas uma vez a reza junto a festa. Devido ao grande sucesso, a festa de Santa Luzia, virou tradição na região. Como mostra as imagens a seguir:

Figura 5 - Festa tradicional familiar



Fonte: Souza, 2019.

Figura 6 - Recepção da festa



Fonte: Souza, 2019.

2.1 vida dos produtores do pa matão em meio à pandemia

As atividades dos assentados do Projeto de Assentamento Matão, na feira do produtor se deram da iniciativa da Secretária de Produção de Porto Nacional, juntamente com a Prefeitura da cidade, vista a necessidade dos produtores rurais em vender suas mercadorias. Na feira do produtor temos o Sr. Edilson, que vende carne de porco e a Sr.^a Carmênia que vende bolo de arroz, ambos do PA Matão. Segundo o

Sr.º Edilson a produção em tempo a pandemia tem diminuído bastante. Ele diz “– Nossa cidade teve um alto número de casos, o povo ficaram com medo, e nós também. O movimento diminuiu e nossas vendas caíram bastante”.

A assentada Sr.ª Carmênia cita “– Lá no assentamento as coisas andam bem, essa pandemia não atrapalhou a minha produção, já aqui na feira as minhas vendas diminuíram, mais não deixei de vender”. É que em parceria com o Senar/Faet e o Sebrae, a Prefeitura de Porto Nacional, através da Secretaria Municipal da Produção, inovou, renovando todo o ambiente, adotando normas de segurança em saúde necessárias, conforme determinação da Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS) e decretos estaduais e municipais. Tudo para proteger feirantes, clientes e os próprios alimentos da contaminação pelo novo Coronavírus, conforme as figuras 7 e 8 abaixo:

Figura 7 - Produtores em tempos de Pandemia.



Fonte: Souza, 2019.

Figura 8 - Estruturas das bancadas.



Fonte: Souza, 2019.

Ao entrar, os frequentadores da feirinha tem as mãos higienizadas com álcool líquido 70%, borrifado por um servidor da Secretaria, ou a opção de lavá-las com água e sabão, já que foi instalado um lavatório especificamente para isso. As banquinhas ganharam um novo formato, balcões mais altos e personalizados recebem os alimentos já higienizados e ensacados em sacos plásticos transparentes, o que permite que estejam protegidos do contato direto das mãos dos clientes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em MST e sua territorialização reafirmamos a luta pela terra em suas iniciativas e possibilidades de novas relações sociais. Ao analisamos as mudanças que se desenvolveu a partir da nova conjuntura agrária, no MST pode-se observar a que expressão camponês aparece cada vez mais nas falas e nos próprios documentos do MST, pois se a expressão camponês era estranha na época de sua fundação, hoje é comum em acampamentos e assentamentos.

A luta pela terra inicia com os acampamentos que são espaços de organização que o MST coordena com o objetivo de ocupação e obter a posse definitiva da terra, e essa luta pela reforma agrária não passa apenas pela distribuição de terras, vai além, procura ir em direção da construção de novas formas de organização social que possibilitem a reconquista da terra de trabalho - a propriedade familiar.

Nesse cenário de luta pela terra, os acampados desde o início de sua formação estão organizados politicamente e socialmente, afim de construir suas ações de forma coletiva, estratégias de luta e organização que poderão possibilitar o acesso a terra.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COSTA, C. B. da. **Posseiros e política - Goiás nos anos '60**. Rev. hist. n.134 São Paulo jun. 1996. Geografia, 10, 1974, pp.227-300.
- DAMASCENO, M. N. **A conquista do saber social pelo camponês na sua prática produtiva e política**. In: **Educação e escola do campo**. São Paulo. Ed. Papirus, 1993.
- FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatório Social de América Latina, v.16, p.273 – 284, 2005.
- FERNANDES, B. M. **Questão Agrária In Sader, Emir; Jinkings, Ivana** (coordenadores) Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe (São Paulo: Boitempo, v.1, p. 46-52, 2006.
- FERNANDES, B. M. **Entrando nos territórios do Território**. 2008a.
- FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial** In: Buainain, Antônio (coordenador) **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, p. 173-224, 2008b.
- GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1987. In Paulino, Eliane Tomiasi. Fabrini, João Edmilson (coordenadores). **Campesinato e territórios em disputa**. (São Paulo: Expressão Popular).
- MARTINS, J. de S. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo, Pioneira, 1975.
- _____. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.
- _____. **Camponeses e Política no Brasil**. Rio de Janeiro. Vozes, 1986.
- _____. **Expropriação e Violência**. São Paulo, Hucitec, 1989.

_____. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAIS, C. S. de. **História das ligas Camponesas do Brasil**. Brasília, D.F.: IATTERMUND, 1997.

_____. **A Marcha dos Camponeses Rumo À Cidade**. Rondônia, Ed. Edufo, 2002.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, F. de. **A Economia Brasileira: Crítica da Razão Dualista**. Seleções CEBRAP, 1, 1975, pp.25-32. "1º Congresso Operário-Estudantil -Camponês". Revista Brasiliense, 44, 1965, pp. 10-20.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1988.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1989.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

WAIBEL, L. **Unia Viagem de Reconhecimento ao Sul do Goiás**. Revista Brasileira.